

CERTIDÃO

ACÚRCIO ÁLVARO PEREIRA, PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:-----

Certifica que da acta da **sexta sessão ordinária** desta Assembleia Municipal, realizada no dia **quinze de Dezembro do ano de 2006**, no auditório “Paulo Quintela” de Bragança, na qual participaram **noventa** membros, dos noventa e nove que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta**, as **seguintes deliberações:**-----

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). -

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência, bem como a restante, encontra-se arquivada na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

PS –Alzira da Conceição Bento – Substituída por Pedro Miguel Fernandes Teixeira -----

-Orlando Matos Pontes - Substituído por Francisco Manuel Esteves Marcos -----

- Lídia Gomes Valinho -----

PSD – António Guedes de Almeida – Substituído por Luís Manuel Ferro Azevedo. -----

- Adérito de Jesus Falcão Lhano – Substituído por Maria Olinda Pereira Silva -----

- António Fernando da Cruz Oliveira – Substituído por Etelvina Rosa Pires.-----

- Luís Manuel Madureira Afonso – Substituído por Maria Eugénia Cerqueira Barreira

Afonso -----

INSTALAÇÕES: - Orlando Gilberto Figueiredo Pires – Substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Carrazedo;-----

- Etelvina Rosa Pires;-----

-Francisco Manuel Esteves Marcos; -----

-Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso -----

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro), -----

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e

fins tidos por convenientes. Esta correspondência, bem como a restante, encontra-se arquivada na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

PONTO 1 – ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da **quinta sessão ordinária realizada em 29 de Setembro do ano de 2006 – Aprovada, por maioria qualificada**, com cinquenta e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente, cinquenta e dois membros presentes. -----

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de intervenção. – Não houve intervenções.-----

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Luís Vale – Apresentou, por escrito, a seguinte -----

“ MOÇÃO

.....**O REFERENDO SOBRE A INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ**.....

.....Considerando que:.....

.....A Assembleia da República aprovou, no passado dia 19 de Outubro, a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, até às dez semanas, a pedido da mulher;.....

.....O Presidente da República marcou para 11 de Fevereiro de 2007, a realização dessa consulta popular;.....

.....As dimensões sociais e de saúde pública associadas ao aborto clandestino implicam questões que extravasam o mero âmbito judicial e entram no domínio dos direitos humanos;

.....Os sucessivos julgamentos verificados nos últimos anos no nosso país vieram demonstrar a injustiça do actual quadro legislativo relativo a esta matéria, pela devassa da vida privada das mulheres envolvidas e por ferir a sua dignidade;.....

.....Independentemente das posições e das opiniões de cada um e de cada grupo municipal aqui representado, a realização deste referendo exige um amplo e sério debate público que mobilize as e os cidadãos para uma participação informada;.....

.....**A Assembleia Municipal de Bragança, reunida ordinariamente a 15 de Dezembro de 2006, delibera:**.....

.....1. Promover um amplo Debate Público que a realização do referendo impõe, contribuindo assim para que, em Bragança, território de participação, se verifique o confronto de ideias e se sensibilizem as e os cidadãos para esta problemática, nomeadamente através da realização de uma sessão de debate/esclarecimento em que intervenham os diversos movimentos envolvidos.

.....2. Que a responsabilidade da promoção, divulgação e organização deste amplo Debate seja assumida pela Comissão Permanente da A.M.

.....O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.....
.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006”.

.....Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação tendo sido aprovada com 11 votos a favor, zero votos contra e cinquenta e quatro abstenções, estando momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.

.....Fizeram declaração de votos os seguintes membros: Victor Prada Pereira, Amílcar dos Anjos Pires, João Adriano Rodrigues, Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso, Luís Miguel Vale Fernandes Vale e Nuno Filipe Machado Reis.

.....Júlio Carvalho – Apresentou, por escrito, a seguinte

“ MOÇÃO

.....A Assembleia Municipal de Bragança, em sua sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2006, depois de

.....- analisadas as perspectivas para a aplicação dos Fundos do Quadro de Referência Estratégica Nacional, não se augurando boas para Trás-os-Montes;.....

.....- saber-se das intenções do Governo em acabar com a actual estrutura turística da região, substituindo-a pela Agência Regional do Turismo do Douro, banindo a denominação "Trás- os-Montes e Alto Douro";.....

.....- saber-se que da reorganização do Instituto da Conservação da Natureza se prevê a marginalização das populações de Trás-os-Montes e seus representantes autárquicos e a não contemplação em Trás-os-Montes, de qualquer estrutura regional de direcção, não obstante Trás-os-Montes possuir 60% da área total do Norte de área classificada e de já haver sido prometido ser Bragança a Sede do Instituto, deliberou o seguinte, exprimindo o sentido comum da população de Bragança e dos Transmontanos:

.....- Repudiar qualquer tentativa de afastar o Concelho de Bragança e Trás-os-Montes de participar e beneficiar, em tudo que directamente lhe diz respeito, nomeadamente na definição dos montantes e prioridades do Quadro de Referência Estratégica Nacional;

.....- Repudiar a tentativa de, na revisão do Regime Legal das Regiões de Turismo, afastar a denominação de Trás - os.-Montes;.....

.....- Repudiar a ideia de afastar Trás-os-Montes da participação na gestão do Instituto da Conservação da Natureza, de marginalizar os seus autarcas e populações e de não contemplar o Concelho de Bragança e Trás-os-Montes com estruturas de Direcção.
.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006.
.....a) Júlio de Carvalho “

.....**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação tendo sido aprovada por maioria qualificada, com setenta e sete votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente, setenta e oito membros presentes.**

.....Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Luís Carlos Magalhães Pires e Henrique da Costa Ferreira.....

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

PONTO 4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.-----

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme o previsto na alínea e) do n.º1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 29 de Setembro de 2006, até à presente data.

1 - Assuntos tratados para aprovação da Assembleia Municipal:

- 1.1 – Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2007;
- 1.2 – Mercado Municipal de Bragança, E.M. – Aquisição de quota à SIMAB;
- 1.3 – Reforço de Abastecimento de Água a Bragança – Estudo de Origens e Alternativas;
- 1.4 – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”;
- 1.5 – Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança.

2 - Assuntos tratados no âmbito da gestão corrente:

2.1 - Departamento de Gestão Geral e Administração Financeira

2.1.1 - Divisão Financeira

2.1.1.1- Secção de Contabilidade

A receita executada atingiu 25.014.740,79€ representando uma execução de 64,39% relativamente ao valor orçamentado. Os pagamentos foram de 24.602.281,88€, representando 63,33% do total previsto, sendo que 13.457.111,79€ são de origem corrente e 11.145.170,09€ são despesas de capital. Na sua globalidade, o orçamento municipal apresenta um saldo positivo de 412.458,91€. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, com um valor executado de 8.802.150,78€, e face à previsão global corrigida de 19.629.300 €, a actual taxa de execução situa-se em 44,84%.

2.1.1.2 - Secção de Taxas e Licenças

De 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2006 a receita cobrada foi de 629.242,17€. Deste valor a receita de utilização das Piscinas, situa-se em 108.042,71€. A receita proveniente dos Parques subterrâneos de estacionamento atingiu 98.488,35€. A venda de bilhetes do Teatro contribuiu com 22.418,50€, para a receita do Município.

No dia 14/11/2006, foi celebrado o Auto de Cessão de Bens, entre o Instituto de Gestão Financeiro da Segurança Social (IGFSS) e o Município de Bragança, em que esse Instituto transferiu para o nosso Município, o património, direitos e obrigações, de várias fracções sitas no Bairro da Previdência, totalizando 27 fogos, sendo da responsabilidade da Secção de Taxas e Licenças, Contra ordenações e Metrologia de desenvolver o processo de cobrança mensal de rendas e de acompanhar esta nova competência do Município.

2.1.1.3 - Secção de Património e Aprovisionamento

Neste período foram inventariados 491 bens móveis distribuídos pelos serviços municipais e ainda uma grande reparação no Caterpillar D6H, regularizaram-se ainda a nível de registos: 13 Terrenos, sites nomeadamente em, Zona Industrial de Mós, Aeródromo Municipal, Forte São João de Deus, Vale de Espinho, o terreno onde está implantado o antigo Campo Futebol do Trinta, Fraga Selvagem, Trajinha e Batoques; 1 Edifício para Instalação de Serviços, sito na Rua Combatentes Grande Guerra; 2 Edifícios resultantes da conclusão do imobilizado em curso – Módulo de Mercadorias, Serviços e Turismo da Central de Camionagem e o Módulo de Passageiros – Expresso e Módulo de Passageiros Regular; ¼ Edifício de Habitação, sito na Cidadela e 2 casas no Forte São João de Deus;

Foram reunidos todos os documentos para a realização de escrituras relativos a 7 processos de compra e venda, justificação e doação. Ainda neste período procedeu-se à abertura de 10 processos de consulta prévia; 8 processos de ajuste directo; 1 processo de concurso limitado e 1 processo de concurso público.

2.1.1.4 - Tesouraria

O movimento da Tesouraria reflecte-se em: 11793 recibos de água; 5833 guias de receita; 1913 ordens de pagamento e 331 certidões de dívida, tendo sido observada regularidade de procedimentos. Ao nível de subsídios para Associações foram autorizadas transferências para investimento no valor de 38.843,40€ e para despesa corrente 30.862,00€, para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 105.635,00€.

2.2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 -Secção de Expediente Geral

No âmbito do executivo municipal foram secretariadas as reuniões da Câmara Municipal, preparadas os assuntos a submeter à aprovação ou conhecimento da Assembleia Municipal e feito o tratamento necessário à correspondência produzida pelos diversos sectores.

2.2.2 – Secção de Recursos Humanos

No âmbito das funções desta secção, decorrem os processos de concursos externos; processos de aposentação; organização de estágios e formação.

2.2.3 - Secção de Remunerações

Mensalmente é desenvolvido todo o processo de processamento das remunerações de todo o pessoal, que obriga ao registo mensal de férias, faltas e licenças, promoções, ingressos, contratos, rescisões, aposentações e outros. Foi realizado o Balanço Social e prestada superiormente as necessárias informações.

2.3 – DIVISÃO INFORMÁTICA E DE SISTEMAS

Na área da Internet, deu-se continuidade à tarefa de manutenção e actualização dos conteúdos do site; acompanhamento e formação de utilizadores no respeitante à colocação de conteúdos dinâmicos. A actualização de conteúdos das seguintes áreas: acta, agenda cultural, programa do teatro, concursos, notas de imprensa e notícias é feita pelos serviços emissores dos conteúdos.

No âmbito das aplicações de gestão, procedeu-se ao acompanhamento técnico e apoio na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA, nomeadamente, a aplicação de águas, tendo havido necessidade de efectuar adaptações devido ao início das cobranças no meio rural.

Relativamente ao suporte técnico e actualizações informáticas, prestou-se assistência às escolas do 1º Ciclo e ao Ensino pré-escolar, e redistribuição de equipamentos devido ao encerramento de escolas.

Também, se procedeu à expansão da rede informática nos armazéns devido à reestruturação física que aí ocorreu.

Preparou-se um processo de consulta relativo à actualização de diversas infra-estruturas TIC, e abertas consultas de aquisição de equipamentos.

2.4 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.4.1 - Área do Ensino – Gestão dos processos para atribuição do escalão de comparticipação mensal na Componente Social frequentada nos jardins-de-infância pertencentes à autarquia (Estação e S. Tiago).

Apoio sócio económico para redução do preço de passes escolares (2006/2007), para alunos carenciados, do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, (por isso de transporte não obrigatório por parte do município), envolvendo 81 alunos e um encargo de 47.058,09 €.

Foi aprovada a generalização do ensino do inglês, da música e actividade física e desportiva, para os alunos do 1º ciclo do ensino básico e o concurso dos transportes escolares para o Ano Lectivo 06/07 – Circuitos Especiais de Aluguer (19). Estudo e análise das propostas, realização do respectivo relatório. Processo que envolve 332 estudantes, no montante global de 408.054,24€.

Atribuídas verbas às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Jardins-de-infância, para aquecimento, higiene e limpeza e consumíveis de informática e secretaria, a saber: Agrupamento de Escolas Paulo Quintela – 18.000,00 €; Agrupamento de Escolas Augusto Moreno – 15.800,00 € e Agrupamento de Escolas de Izeda – 6.800,00 €.

Relativamente ao serviço de almoços para os alunos deslocados (175) do 1º ciclo ensino básico, ano lectivo 2006/2007, foi aprovado o montante de 30.979.00€. Para a EB1 das Cantarias, considerando que é frequentada por alunos da aldeia de Nogueira o apoio anual é no montante de 2.214,00€.

No âmbito do apoio ao funcionamento das Escolas do Ensino Pré-Escolar do Concelho de Bragança, para o ano lectivo de 2006/2007, foi aprovado o serviço de auxiliares de acção educativa autorizando as referidas transferências para as Juntas de Freguesia, com o encargo total de 19.782,48€.

Aprovada a proposta de alteração das "Normas de Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar na Componente Sócio-Educativa"

2.4.2 - Área Cultural – Foram aprovadas as normas do Concurso Municipal de Presépios – Natal 2006; foram realizadas e apoiadas as actividades programadas para as salas de exposições e Teatro Municipal, constantes das agendas culturais dos meses de Setembro, Outubro e Novembro:

2.4.3 - Área Desportiva - Abertura das Actividades Orientadas da Piscina Municipal; Gestão da distribuição das instalações desportivas; Organização do Dia Mundial do Coração – Passeio de Urbano de Bicicletas com a participação de 40 pessoas; Organização do projecto “Bragança Saudável”, com a colaboração do Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Enfermagem, Centro de Saúde de Bragança, com a realização de diversos passeios nas áreas urbanas e rurais do Concelho; “Mexa-se em Bragança”, actividade Física para diabéticos tipo II; Passeio Urbano “Mama Tour 2006”; Apoio à realização de torneios e competições oficiais, “Torneio de Natação”; Gestão dos equipamentos desportivos para a realização de campeonatos e torneios.

2.2.4 - Área Social – No que se refere à implementação da Rede Social de Bragança, continuação da execução do Programa da Rede Social, actualmente encontra-se em fase de execução das acções: Pré-Diagnóstico e Diagnóstico Social do concelho. Paralelamente à criação do Sistema de Informação, Plano de Trabalho 2006 e Plano de Acção para 2007.

Continuação do projecto de levantamento e caracterização das famílias residentes em alojamentos não clássicos (com vista a eventual realojamento), processo em fase de instrução relativo aos diferentes agregados familiares.

Atribuição de apoios sociais extraordinários por motivo de incêndio a Amílcar dos Anjos Santos (Cova de Lua) e a Evangelista dos Anjos Romão (Caravela) no montante de 750,00 € por família; Apoio urgente para intervenção na recuperação das habitações de Maria da Conceição dos Reis, residente na Freguesia do Zoio, no montante de 8500,00€ (oito mil e quinhentos euros) e de Isabel dos Anjos Custódio, residente na Freguesia de Calvelhe no montante de 8500,00€ (oito mil e quinhentos euros); Realojamento de família carenciada de Maria Clarisse Esteves Gonçalves dos Santos, no Bairro Social da Coxa, bloco d, Entrada 3, 2.º Esq.

O alojamento de dois menores residentes na Quinta dos Banheiros Freguesia de Alfaião, na aldeia de Alfaião, devido a dificuldades de transporte para frequentar a EB1 de Samil;

No âmbito das Escolas Integradoras e alunos economicamente carenciados (252) foi aprovado um apoio para despesas totais no montante anual previsto de 110.540.81€; Ainda no âmbito da área Social foram aprovadas as seguintes propostas: atribuição de livros a 417 alunos carenciados do 1º Ciclo do Ensino Básico

No âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança, Gestão, acompanhamento e intervenção em processos relativos à CPCJ.

2.4.5 - Área do Turismo - durante os meses Setembro, Outubro e Novembro foram atendidos, nos postos de Turismo Municipal (Av. Cidade de Zamora e Castelo) 4918 turistas, dos quais 1612 Portugueses e 3306 de nacionalidade estrangeira.

2.5 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

2.5.1 – A Divisão de Urbanismo vem desenvolvendo um processo de modernização dos serviços, sendo já corrente o processamento dos licenciamentos de obras particulares em base informática, resultando numa maior eficiência na gestão de processos. O passo seguinte será o de implementar regras na instrução dos processos por parte dos particulares, fazendo a entrega dos documentos (projectos) em suporte digital, contribuindo assim para aumentar a eficiência do funcionamento interno dos serviços municipais.

Na área do ordenamento do território, a evolução dos planos – Plano de Urbanização e Plano Director Municipal, foram dados passos importantes que nos permitirão dispor destes instrumentos de planeamento no próximo ano. Relativamente ao Plano de Urbanização, foi feita reunião na CCDRN para finalizar a proposta, ficando a CCDRN de proceder à emissão do parecer final e posteriormente submeter a proposta a discussão pública. No que se refere à revisão do PDM, em reunião em Lisboa, no Instituto da Conservação da Natureza em sede da Comissão Nacional da Reserva Ecológica, foi aprovada a proposta de alteração da REN de Bragança, podendo assim o processo de revisão avançar para emissão do parecer final da CTA e submeter a proposta de revisão a discussão pública. De referir contudo que a Câmara Municipal tem desenvolvido um grande trabalho no sentido de haver maior celeridade das entidades responsáveis pelo acompanhamento destes processos.

2.5.2 – A **Divisão de Obras** vem desenvolvendo o seu trabalho de forma muito positiva, abrangendo várias áreas, desde a manutenção e conservação de edifícios, manutenção e conservação de vias urbanas, acompanhamento de empreitadas e trabalhos diversos de apoio às Juntas de Freguesia.

Na vertente de obras públicas para além do acompanhamento dos técnicos e fiscalização às obras de saneamento e calçamentos nas diversas aldeias do concelho, já em fase final, é de salientar os trabalhos que têm transformado de forma significativa a imagem da cidade, conferindo-lha mais modernidade e melhor qualidade urbana, sendo de realçar as obras de recuperação de fachadas e coberturas em edifícios na Cidadela, os arranjos complementares no Centro Histórico, os arranjos da envolvente à Catedral, a requalificação da Av. Cidade de Zamora, o Centro de Arte Contemporânea, o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental/Centro Ciência Viva, o Museu da Máscara e do Traje e Posto de Turismo.

Dando continuidade ao processo de requalificação da cidade e do concelho, foram analisadas as propostas de reconversão da Av. João da Cruz e Ruas Guerra Junqueiro e Emídio Navarro, proposta que será objecto de apresentação pública, alargando o debate aos munícipes. Para a área rural, foram adjudicados a execução de projectos de execução de requalificação de alguns espaços e equipamentos.

Adjudicação da empreitada de execução de redes de infraestruturas de saneamento básico nas aldeias de Caravela, Palácios, Aveleda, e Varge (ligações dos ramais), à firma Elias Santos Pinto, Filho, Lda., pelo valor de 43.800,00€+IVA;

Adjudicação da empreitada de execução da pavimentação da ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira, à firma Medida XXI – Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de 464.716,29€+IVA;

Zona Industrial das Cantarias aprovadas a alteração ao alvará de loteamento, a proposta de loteamento urbano sem obras de urbanização e fixação do preço de 17,34€/m², para a venda de lotes de terreno no novo Alvará de Loteamento, de acordo com o n.º 1, do Art.º 4.º do “Regulamento Municipal de Venda de Lotes de Terreno para as novas zonas e loteamentos industriais”;

2.5.3 - Divisão de Equipamento - No âmbito desta Divisão procedeu-se ao arranjo, enchimento e limpeza de caminhos agrícolas; à limpeza de aceiros e caminhos florestais; à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e caminhos rurais do concelho; à manutenção de pavimentos na rede viária municipal; à limpeza de lixo depositado nas bermas e valetas das estradas.

Foi garantido apoio diverso às Juntas de Freguesia com equipamentos diversos, e foram asseguradas tarefas relacionadas com a segurança e protecção civil. Está em fase de execução o rompimento do caminho rural entre Pinela e Vila Boa de Carçozinho.

Quanto ao sector de armazém, estão em fase de conclusão as obras de remodelação do edifício e área envolvente, de forma a assegurar uma gestão centralizada das entradas e saídas de material. No sector de oficinas, está em execução o novo sistema de gestão de frotas, para um melhor controlo dos consumíveis e veículos.

2.6 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

2.6.1 - Divisão de Saneamento Básico – No que se refere à manutenção das redes, têm sido realizadas as tarefas necessárias, na área urbana destacando o início da construção no Bairro do Couto com a remodelação da rede de abastecimento de água.

É ainda de referir os trabalhos de levantamento da rede de água, captações, depósitos nas aldeias do concelho e de execução a empreitada: “Fornecimento de Reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede nas aldeias de Fermentãos e Viduedo e ligação dos furos nas aldeias de Frieira e Paredes”.

No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se diversos trabalhos correntes de manutenção das redes de drenagem e desobstruções (156); rectificação do colector de saneamento, Av. das Cantarias, R. Dr. Fernando Namora, Bairro do Couto e Av. Abade de Baçal.

Na área rural do Concelho, de destacar os trabalhos de ampliação da rede de saneamento básico na aldeia de Sarzeda. Aprovado o acordo de aquisição de serviços para tratamento de águas (extensão ao contrato inicial)

2.6.2 - Divisão de Defesa do Ambiente - No âmbito das suas actividades garantiu a execução de trabalhos no âmbito do sector jardins e cemitérios, sector de mercados e feiras e no sector da limpeza e manutenção urbana nos diversos bairros, limpeza diária e corte de relva em todas as zonas ajardinadas e outros espaços urbanos; podas de sebes, em diversos pontos do Concelho; procedeu-se ainda, à plantação de 490 arbustos, à sementeira de 20000 amores-perfeitos e à colocação de 2470 estacas em arbustos.

De salientar também, o apoio fornecido às divisões Sócio Cultural e de Saneamento da CMB, no projecto “Plano Verde” e na “Norça e Norpesca 2006”.

No sector da manutenção urbana nas três áreas de intervenção existentes, é de salientar que a nível dos serviços de manutenção e sinalização urbana, com a reposição de bolas, pedras e pilaretes no núcleo central da cidade. Procedeu-se à colocação de 246 sinais de trânsito, 193 postes e 43 elementos redutores de velocidade. Na área da pintura rodoviária, foram consumidos 2210Kg de tinta branca e 16 sacos de esferas de vidro.

Foi feita a colocação de 4 placas de toponímia e executadas 3 reentrâncias para colocação de contentores. Relativamente às outras duas áreas; controlo e fiscalização da R.S.U., e actividade de cemitérios e inspecção sanitária, foram assegurados os necessários serviços. No âmbito da actividade sanitária veterinária de salientar a vacinação de canídeos, captura (79) e abate (73).

2.6.3 - Divisão de Transportes e Energia – No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, a remodelação das instalações eléctricas executadas em edifícios da CMB e em algumas escolas EB1 do Concelho. Refira-se também, os sistemas semafóricos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas.

Salienta-se que a produção de energia nos primeiros onze meses de 2006, teve um resultado de 603.204€, constatando-se um aumento de 240% relativamente ao mesmo período de 2005.

Ao nível dos transportes urbanos e até ao mês de Outubro, verificou-se um aumento de despesa com pessoal (35%), um aumento de cerca de 30% nas receitas, relativamente ao mesmo período de 2005, resultado de um mais eficaz sistema de controlo, do aumento do serviço, com aumento significativo dos quilómetros percorridos, por força das novas linhas introduzidas. O serviço de transporte ocasional sofreu uma diminuição de 37% nos quilómetros percorridos.

No âmbito desta divisão foram aprovados os seguintes assuntos:

Revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal – abertura de concurso público, programa do concurso e caderno de encargos para a realização do estudo; Actualização das rendas das rendas dos escritórios e bilheteiras da Estação Rodoviária de Bragança, sendo o coeficiente de actualização de 1,031; Atribuição de uma percentagem sobre a facturação (de 2005) da produção de energia eléctrica nas centrais hidroeléctricas do Alto Sabor (Montesinho e Prado-Novo) e Gimonde às Juntas de Freguesias de França (2.455,89€) e Gimonde (118,05€);

Em reunião, que decorreu no passado dia 23 de Novembro, nos Paços do Concelho, entre esta Autarquia e a EDP, foi feito um balanço das obras executadas e investimentos para o ano de 2007.

Assim, foram referenciadas como obras realizadas pela EDP no ano de 2006: reforço da rede de distribuição no B. das Cantarias; remodelação da rede eléctrica em S. Pedro; pequena remodelação da rede eléctrica em Nogueira; substituição de transformador e reforço da rede de distribuição na Serra da Nogueira; remodelação da rede eléctrica em Freixedelo, Grijó de Parada; Cabeça Boa, Samil (quedas de tensão); reforço de potência no PT de Santa Comba de Rossas e do Couto; construção de novos PT em Quintanilha e estrada de Donai; fornecimento de materiais para a rede de distribuição na intervenção da Av. do Sabor e substituição das armaduras obsoletas na Vila de Izeda.

No capítulo de obras a realizar pela EDP para 2007, destacar: deslocalização dos PTs das Cantarias, do largo de Izeda e de Alfaião; construção de novos PTs em Izeda, Carragosa e Castro de Avelãs; remodelação de redes de distribuição em Mós, Carragosa, Alfaião, Castro de Avelãs. Até ao fim do Mês de Janeiro a EDP apresentará estudo para o reforço de iluminação na Av. Abade Baçal entre o hospital e lugar do antigo viaduto. Realização de estudo conjunto para o enterramento de infra-estruturas entre o nó da IP 4 e a rotunda das Cantarias. A EDP irá realizar, até fim de Março de 2007, um estudo para o enterramento das linhas média tensão na zona urbana, com definição das prioridades; manutenção e exploração da rede de IP. A EDP efectua uma manutenção preventiva na rede de iluminação pública com uma frequência de 4 meses na zona urbana e 6 meses na zona rural.

Caso haja comunicação de uma avaria na rede de IP, a EDP resolve a mesma no prazo médio de 2 dias na zona urbana e 10 dias na zona rural.

Será promovida pela EDP uma reunião em Janeiro de 2007 com uma equipe técnica da mesma empresa a fim de promover o estudo para a instalação, nos PTs da Cidade, de equipamentos redutores de tensão que irão permitir menores consumos e conseqüente redução na factura energética.

Foi abordada a qualidade do serviço, no sentido de reduzir e melhorar as respostas em situação de falha de energia, propondo-se a EDP realizar algumas intervenções nesse sentido. A EDP ligou a linha MT (central Prado-Novo – Sub-estação de Bragança) à linha MT (Vinhais) a fim de libertar mais uma saída da sub-estação para a Cidade de Bragança, melhorando assim, a qualidade de serviço na Cidade. Esta

ligação provocou perturbações na central do Prado-Novo prejudicando a produção de energia., propondo-se a EDP intervir no sentido de reduzir as perturbações referidas.

A EDP prevê a construção, a médio prazo, de uma nova sub-estação localizada entre Bragança e Vinhais, no sentido de garantir resposta futura mais adequada à procura. A Câmara Municipal tem vindo a insistir na necessidade de ser encarada a deslocalização da sub-estação de Bragança.

2.7 - OUTROS ASSUNTOS

Aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento de **Amílcar dos Santos Maurício**, Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, e Deputado da Assembleia Municipal de Bragança.

2.7.1 - Eventos

No dia 30 de Setembro, teve lugar a inauguração do Centro de Convívio da Petisqueira, depois do edifício da Escola do 1.º Ciclo, ter sofrido as necessárias adaptações;

Teve lugar no passado dia 10 de Outubro, pelas 14 horas, no Auditório Paulo Quintela, o 3.º Fórum Participativo da Agenda 21 Local;

Decorreu no pretérito dia 28 de Outubro, pelas 15 horas, no Arquivo Distrital de Bragança o lançamento do livro Genealogias Brigantinas – volume I – “Os Teixeiras de Bragança”, do autor Filipe Pinheiro de Campos, ao preço de capa de 20,00€ (IVA incluído).

2.7.2 - Foram aprovados os seguintes Protocolos/Acordos de Colaboração entre a CMB:

Cedência a título precário, às respectivas Junta de Freguesia, as instalações onde funcionaram as Escolas EB1 de França; Quintela de Lampaças; Varge; Babe; Grijó de Parada; Freixedelo e Rebordainhos.

Junta de Freguesia de Alfaião e a Associação Recreativa Ambientalista de Caça e Pesca de Alfaião – ARACPA, cedência a título precário das instalações onde funcionou a Escola EB1 de Alfaião;

Núcleo de Bragança da A.M.I. – Assistência Médica Internacional, tendo em vista a cedência das instalações (rés-do- chão, esquerdo, entrada 21) do edifício sito Bairro da Mãe de Água, em Bragança;

Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Sortes “ Os Sortudos” – cede a título precário à Associação, as instalações onde funcionou a Escola EB1 de Sortes;

Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Mãe de Água;

NERBA – com vista à realização da Norça e Norpesca 2006, no valor de 35.000€;

Direcção - Geral dos Recursos Florestais com o tem objectivo as despesas de funcionamento do Gabinete Técnico Florestal Municipal e dos encargos com o respectivo pessoal técnico habilitado, no valor mensal de 2.000€;

NERBA - AE (CRVCC - Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências);

Faculdade de Direito de Lisboa para a realização de dois seminários, um em Lisboa e outro em Bragança, subordinados ao tema: “O Direito e o Interior: as especificidades a atender na solução legislativa”.

2.7.3 - Foram também tratados os seguintes assuntos:

Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”;

Aprovada a proposta designada como solução A para o traçado do futuro troço da A4/I.P.4 – VILA REAL (PARADAS DE CUNHOS) / BRAGANÇA, bem como sugerir a existência da nova Zona Industrial de Mós e a localização de uma área de serviço entre os nós 19 [Rossas] e 23 [Rio Frio];

Abertura do respectivo concurso público para assegurar os serviços de segurança e vigilância, nas instalações municipais (Paços do Município, TMB, MMB, Estação Rodoviária, CCM, e Parques de Estacionamento), no montante estimado de 271.700€+IVA;

Autorizada a abertura de concurso para a atribuição de um lugar de estacionamento para o exercício da actividade de transportes de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, nas freguesias onde não exista nenhuma vaga ocupada: Baçal, Carrazedo, França, Grijó de Parada, Mós, Nogueira, Outeiro, Parâmio, Pinela, Rabal, Rebordãos, Samil, S. Pedro de Sarracenos, Serapicos e Sortes. (Mais foi deliberado, antes da abertura dos referidos concursos, proceder à apreensão das licenças caducadas);

Aquisição da quota da SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., na Empresa Mercado Municipal de Bragança, E.M., pelo valor de 24.027,82€, correspondendo a 7.000 acções, ao preço unitário de 3,4325€, conforme estudo de avaliação da Revisora Oficial de Contas;

Emissão de parecer favorável sobre o pedido de instalação de uma nova farmácia no Bairro das Cantarias e à instalação do projecto “DECATHLON”;

Nomeação de segundo gerente para a empresa Terra Fria, Carnes Lda.;

Por solicitação da ACISB, foi autorizada a abertura dos estabelecimentos comerciais da cidade de Bragança, durante a Época Natalícia, no período de 1 a 8, e nos dias 10, 17, 24 e 31 de Dezembro;

Pagamento de fornecimento de refeições no 3º Encontro de Idosos do Concelho de Bragança, à Junta de Freguesia de Quintanilha no valor de 855,00€, para que esta possa efectuar o pagamento à entidade fornecedora;

Projecto "Funzone Villages-Douro" (ofício da C.M. Alfândega da Fé), a CMB disponibilizou-se para assumir a posição de parceiro no presente projecto, comprometendo-se a tomar algumas iniciativas na área do investimento que o possam potenciar;

Junta de Freguesia de Parada, doação de um ciclomotor.

Município de Bragança, 6 de Dezembro de 2006

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGAÇA:-----

PONTO 4.2.1 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007. -----

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. -----

-----CERTIDÃO -----

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de Novembro do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes

Cristóvão, Dr.^a Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.^a Isabel Maria Lopes, Dr.^a Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

-----**“PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007**

-----Pelo Sr. Presidente foi feita uma apresentação pormenorizada das componentes do PPI, do PAM e do Orçamento Municipal para o ano de 2007.

-----A previsão de receitas foi realizada de acordo com o previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais aí definidas.

Na avaliação das receitas para efeitos de estruturação do orçamento global (receita corrente e de capital), foram seguidas orientações de contenção, devidas às perspectivas de baixo crescimento económico previsto para o país, com efeitos directos e indirectos nos impostos municipais, feita avaliação adequada às receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes, e outras receitas correntes e de capital.

-----A situação actual em termos de finanças locais é penalizadora para o Poder Local, dado que o valor das transferências por parte da Administração Central tem mantido o mesmo valor desde o ano de 2005, o que representa de facto uma perda real de 10,4%, por não ser contemplada a inflação de 2005, 2006 e prevista para 2007, e também por ter sido aumentados os descontos para a Caixa Geral de Aposentações (3% em 2006 e 2% em 2007), bem como outros encargos.

-----A limitação à autonomia dos municípios, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, assim como a Lei de Finanças Locais recentemente aprovada, que por um lado vai diminuir as transferências em termos globais e por outro alterar os critérios de distribuição, favorecendo os municípios mais ricos e com mais população (os municípios do litoral), fazem antever algumas dificuldades adicionais para os

municípios das regiões do interior, mais fragilizadas em termos sociais e económicos e com acentuado índice de despovoamento.....

-----A previsão de receitas para o ano de 2007 é de 38.106.200€, um ligeiro aumento de 3,09% relativamente ao ano de 2006, sendo 52,35% de receitas correntes e 47,64% de receitas de capital. A estrutura das receitas é a seguinte: receitas próprias 35,08%; FEF/FSM/ e participação fixa no IRS é de 35,33% e apoios comunitários 29,59%. No ano de 2007, encerra o terceiro QCA e inicia o próximo para o período de 2007-2013. Assim no próximo ano todos os projectos actualmente em execução ou em fase de início, serão encerrados física e financeiramente, pelo que o valor previsto de apoios comunitários e outros deverá ser concretizado, por não ter sido incluída previsão para novos projectos. Nos três quadros comunitários de apoio (desde 1990 a 2006), foram já mobilizados cerca de 80 milhões de euros em fundos comunitários para investimento municipal, sendo que 85% foram obtidos nos últimos nove anos, o que nos permitiu um impulso enorme de modernização em equipamentos, infra estruturas de requalificação urbana, ciclo que se pretende seja continuado, agora concentrando recursos de forma mais selectiva.

----- O orçamento da despesa, de igual valor que o da receita, afecta os recursos do orçamento da receita, ao desenvolvimento das acções, actividades e investimentos a realizar, distribuídos por cinco unidades orgânicas. As despesas correntes atingem o valor de 17.557.400 euros, com um acréscimo de 6,56% relativamente à previsão do ano de 2006. Esta tendência resulta do incremento e consolidação de novas actividades, em resultado da construção de equipamentos culturais, desportivos e de transportes, aumento de encargos no sector de ensino, aumento da despesa com energia, segurança, manutenção, seguros e outras despesas, resultantes de atribuições legais.

----- A despesa corrente representa 46,07% e a de capital 53,93% do orçamento da despesa. A despesa corrente desagrega-se em despesa com pessoal que representa 41,4%, a aquisição de bens e serviços 49,3% e outras despesas 9,3%. A despesa de capital, desagrega-se da seguinte forma: aquisição de bens de capital que representa 81,7%; transferências de capital 6,8%; activos financeiros 3,9% e passivos financeiros

7,6%. A rubrica de activos financeiros aumenta, para fazer face a responsabilidades em algumas das empresas participadas.....

-----Os recursos atribuídos ao investimento tendo como base os documentos de apoio à gestão (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal), são distribuídos da seguinte forma: funções gerais 5,4%; funções sociais 73,7% e funções económicas 20,9%.....

-----A dívida a médio e longo prazo estima-se que em Dezembro de 2007 seja de 8.772.518,27€, ou seja, uma redução de 25,53% desde 31 -12-2004. A dívida a curto prazo a 31 de Dez. de 2007 estima-se em 4,5 milhões de €, pelo que a dívida total estará próxima dos 13,27 milhões de euros, ou seja 82% da dívida a 31 de Dez. de 2005 e 73,3% da dívida a 1 de Jan. de 1998. Como orientação, teremos que encarar a eventual utilização de parte da capacidade de endividamento disponível, para fazer face ao encerramento do QCA, reescalonamento da dívida alargando o prazo de pagamento, por estar demasiado concentrada no curto prazo e considerar que a dívida de médio longo prazo, não deverá estar abaixo dos 10 milhões de euros durante o próximo QCA.

-----Ao nível do património / activo fixo do município, destaca-se que no ano de 2001 o activo bruto era de 37.409.842,00 €, no ano de 2002, o seu valor era de 53.070.440.98€, em 2006 estavam já registados bens no valor de 138.773.438,50€, ou seja um crescimento de 3,7 vezes comparando 2001 com 2006, o que bem evidencia os efeitos correspondentes a um ciclo único de investimento municipal, sem que a dívida do município tivesse aumentado, o que permite fazer a leitura do que consideramos ser uma gestão empenhada, responsável e com resultados positivos, suficientemente evidentes. A evolução do imobilizado (considerado em investimentos financeiros, investimentos do domínio privado e investimentos do domínio público), foi excepcional, construiu-se património, garantiu-se qualidade de vida e oportunidade aos cidadãos.

-----Quanto ao pessoal do município, temos privilegiado o investimento na formação, no sentido da procura de satisfação dos colaboradores, melhoria das condições de trabalho, no âmbito da higiene, segurança e medicina no trabalho e da

obtenção de melhor resposta aos problemas dos munícipes. Em termos globais, apesar de no ano de 2007, ser necessário abrir mais três novos equipamentos, vamos procurar manter o número de funcionários (durante o ano de 2006, reduziu o seu número de 406 para 394), aumentar a produtividade, traçando objectivos individuais e colectivos, enquadrados no novo sistema de avaliação, e manter equilíbrio nas despesas.....

----- Estamos convictos que a organização responderá activamente, melhorando significativamente a qualidade de todos os serviços, tornando-os mais eficientes para que a certificação de três unidades orgânicas, que mais directamente se relacionam com os munícipes, seja uma realidade em 2007.

----- Nos últimos anos apostamos em dois sentidos: por um lado qualificar a organização contratando mais quadros superiores, reduzindo áreas de intervenção de menor expressão e por outro recorrer à contratação de serviços externos em áreas como seja a segurança; a limpeza de edifícios; a recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana; o tratamento de água de abastecimento e águas residuais; a manutenção de parte dos espaços verdes; serviços especializados de manutenção de equipamentos eléctricos e mecânicos. Esta orientação tem-nos permitido obter mais qualidade nos serviços prestados, garantindo a criação de mais emprego, maior flexibilidade e garantia de execução em conformidade com o pretendido.....

----- Quanto à orientação para o Plano Plurianual de Investimentos, foi por ordem de prioridade considerada a correcta inscrição de compromissos assumidos, sendo relevante a conclusão de investimentos na área rural e alguns investimentos na área urbana; a inclusão de obras adjudicadas ou em fase de adjudicação; a inclusão de novos projectos candidatados a apoios comunitários, já aprovados na área do saneamento básico e a inscrição de um conjunto de novos projectos, para efeitos de preparação de candidaturas ao novo programa comunitário. A inscrição destes últimos, corresponde a parte das intenções de execução do mandato autárquico as quais serão trabalhadas ao nível de projecto, de financiamento e de execução, conforme a evolução das oportunidade no âmbito do próximo QCA, gerido de forma mais centralizada, dirigido para investimento de forma mais selectiva e de maior

dimensão, processo que privilegia a competitividade em detrimento da coesão, ou seja as zonas do país com mais actividade económica (leia-se litoral), serão mais beneficiadas o que poderá acentuar as desigualdades com as zonas do interior mais frágeis.....

Da análise desagregada do investimento, destacam-se as seguintes áreas de investimento: serviços gerais de administração pública com 5,45%, (destaque para a rubrica de maquinaria e equipamento); educação com 5,61%; saúde com 10,49%; habitação e serviços colectivos com 39,06%; (destacando-se as rubricas de ordenamento do território com 16,98% e saneamento básico com 14,03%); serviços culturais, recreativos e religiosos com 16,93% (destacando-se a rubrica de cultura com 14,22%); funções económicas com 22,42% (destacando-se as seguintes rubricas: industria e energia com 5,94%, transportes rodoviários com 9,47% e transportes aéreos com 5,97%).....

----- Quanto à cooperação com as Juntas de Freguesia, mantêm-se o apoiando técnico e financeiro, promovendo a colaboração em áreas, como a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos, arranjo de caminhos, limpeza, cemitérios, pontões, promoção económica, construção de Sedes de Junta de Freguesia, centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.....

----- As transferências previstas para apoiar financeiramente as actividades diversas das Juntas de Freguesia foram aumentadas relativamente ao ano anterior, situação a que acrescem verbas correspondentes a outros projectos indicados no Plano de Actividades Municipal, com o valor de 1.549.900€, para investimentos diversos, a realizar pelas Freguesias, Associações e IPSS.

----- Analisado o Plano Plurianual de Investimentos, nas várias componentes de investimento, constata-se que mais de 50% do investimento é directamente canalizado para o meio rural ou para projectos que servem igualmente a população do município, exemplo do investimento no aeródromo, localizado numa freguesia rural e do novo centro de saúde, localizado numa freguesia urbana.

----- Quanto à colaboração com as associações, a Câmara Municipal tem procurado ser exigente nos apoios a conceder, devendo estes acontecer no âmbito de uma

estratégia mais clarificada e tendo em vista a consolidação de princípios globais de acção. O movimento associativo exige uma grande responsabilidade pessoal e social, premiando a boa gestão e administração, entendida no sentido mais nobre, o de servir o desenvolvimento com justiça social e o emergir de uma cidadania mais activa.

----- Sendo essencial a participação dos cidadãos na vida da comunidade, o reforço da cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade, esta Câmara Municipal apoia com verbas significativas as actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, incidindo uma parte significativa no apoio à construção e conservação de equipamentos normalmente transferida com base em acordos de colaboração.-

----- A Câmara Municipal, no âmbito das suas competências participa no capital social de diversas empresas, em associações e fundações. O Município de Bragança detém 19 participações, sendo oito sociedades societárias (4 sociedades anónimas de capitais maioritariamente públicos, 2 são sociedades por quotas e 2 sob a forma de entidades de natureza municipal ou intermunicipal); 9 entidades não societárias participadas e 2 Fundações.

----- Submetidos à votação foram os mesmos aprovados, com os votos favoráveis dos Srs., Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes; e os votos contra dos Srs. Vereadores, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submete-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do art.º n.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

----- **Os Srs. Vereadores que votaram contra apresentaram a seguinte declaração de voto:**

----- É do domínio público, que o PPI – Plano Plurianual de Investimento, é o documento estruturante da gestão autárquica e que, para além de reflectir as opções políticas prioritárias dos Executivos, torna evidente a sua atitude perante as perspectivas futuras de desenvolvimento sócio-cultural e criação de riqueza do Município, pois, programas e projectos elencados, de carácter estruturante,

esporádico, ou de ordem conjuntural, vão no sentido da concretização dos seus objectivos específicos.....

----- Daí, as divergências ou convergências existentes de pensamentos, opiniões, atitudes, que, muitas vezes, se fundamentam para o mesmo fim: o bem público.

----- Só que, os caminhos são diferentes: por vezes paralelos, outras vezes oblíquos, mas raramente coincidentes.....

----- Isto, a propósito, do Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2007, apresentados pelo Município de Bragança.

----- No âmbito do Orçamento e, na parte Introdutória da sua justificação, não podemos concordar com a afirmação de que não é cumprida a Lei das Finanças Locais. Pelo contrário, a mesma é cumprida e, as transferências do ano anterior para este, e, com certeza para o próximo, aumentaram, em vez de diminuírem.....

----- Se assim não fosse, como é previsto um aumento de receitas no valor de 3,09 % relativamente ao ano de 2006? Onde é que a Autarquia tem outras receitas justificáveis para esse acréscimo?.....

----- Parece-nos, ser um lugar comum, queixarmo-nos da falta de apoios, como o PIDDAC e outros. Mas, se há uma parte de verdade no seu fundamento, existe uma outra, que depende de nós, ao sermos capazes de saber cativar e atrair investimentos diversos.

----- É que, nesta matéria, não estaremos a tornar-nos pouco ousados e criativos? .

----- O próprio PPI é disso exemplo.

----- Evidencia uma preocupação em concluir a maior percentagem (%) de obras iniciadas em anos anteriores e diminuir a dívida existente em cerca de 1,5 milhões de euros. Com certeza é compreensível essa razoabilidade de poupança, mas o orçamento previsto, não apresenta nenhuma obra estruturante ou estratégica, no sentido do desenvolvimento sustentado do Concelho.....

----- Ora vejamos:.....

----- Os recursos de investimento (PPI) distribuídos pelas seguintes áreas: funções gerais: 5,4 %, funções sociais: 73,7% e funções económicas: 20,9 %, não nos dão uma visão tão objectiva e desejável, no nosso entender, de assim acontecer.

----- Notando-se uma diminuição ao nível das Funções Gerais, isto é, diminuição de despesa corrente, há aqui um exercício da diminuição de pessoal, o que nos leva a questionar, como isso poderá acontecer, se se encontra prevista a abertura de mais 3 equipamentos novos: o Centro de Arte Contemporânea, o Centro de Ciência Viva e o Museu Ibérico da Máscara e do Traje.....

----- Será que é suficiente a informatização de alguns serviços e a formação específica, louváveis, por certo, mas limitados para dar resposta às novas necessidades ora criadas? Será que os trabalhadores têm de aumentar mais a sua produtividade? Concordamos que em algumas áreas isso possa acontecer, mas em outras, como a área social, por exemplo, carece de mais recursos humanos técnicos especializados em diferentes matérias de carácter interventivo e investigativo.

----- A este propósito, a grande percentagem (%) referente ao investimento nas funções sociais, vai para a Educação, aqui mais no âmbito do Ensino Básico com a construção de Centros Escolares, e, a construção do Centro de Ciência Viva / Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, e, no âmbito da Saúde, a construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II.....

----- No que concerne à Habitação, nomeadamente à habitação social, vai o nosso voto negativo. Aliás, o maior investimento aqui apontado, é a aquisição do actual edifício da Agência do Banco de Portugal, onde se encontra previsto instalar o Centro de Arte Contemporânea, a aquisição de terrenos e edifícios à DGPE ou da zona industrial de Mós. Para nós, a sua inclusão nesta área da Habitação, é muito discutível e não concordamos com a mesma, já que este tipo de investimentos deveria ser incluso na área cultural ou nas Funções Económicas, área industrial, por exemplo.

----- Quanto à conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe D'Água e Coxa, parece evidenciar um não desejo de recuperar os mesmos, pois há uma previsão de cerca de 50% do investimento inferior ao previsto no ano de 2006.....

----- O mesmo acontece ao nível do projecto e construção de habitação social. Se, no ano passado, evidenciámos positivamente este investimento ao contemplar 150.000,00 € (pouco, mas suficiente para se avançar nesta área) este ano,

evidenciamos negativamente esta diminuição para 25.000,00 €, e perguntamos, a V^{as} Ex^{as}, o que irão construir com 5.000 contos em moeda antiga?.....

-----No campo do Voluntariado Social, aprovou este Executivo, há cerca de um ano, uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, mas que continua por operacionalizar, e, não há qualquer referência de investimento ao nível da criação do Banco de Dados Municipal do Voluntariado.

-----No que se refere ao Desporto, Recreio e Lazer, existe apenas uma verba digna de nota que é de 145.000,00 €, para Estudos referentes ao controverso Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha.

-----Para o apoio às Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, continuamos a insistir que o mesmo deve obedecer a critérios regulamentares uniformes, como propusemos ainda durante o corrente ano, em que cada um dos Grupos Políticos chegou a apresentar um Regulamento sobre este assunto, mas que nem se acabaram de analisar.....

-----No que concerne às Áreas do Ordenamento do Território e Urbanização, nada de significativo há a sublinhar, apenas a referência a alguns estudos e projectos não identificados, à requalificação de Largos nas Aldeias e execução de infra-estruturas do Loteamento de S. Tiago – 1^a fase.....

-----No âmbito do Saneamento e Abastecimento de Água, há a referir uma grande percentagem (%) de empreendimentos já concluídos ou a concluir, e, salvo raras excepções, um ou outro investimento mais significativo, este, ao nível do saneamento no meio rural.....

-----Também no que se refere a Resíduos Sólidos, Higiene Pública, Cemitérios e Meio Ambiente, trata-se quase de gestão corrente.....

-----No âmbito das Funções Económicas, não há evidência de uma aposta ao apoio do investimento efectivo e concreto, em áreas como a agricultura e afins, bem assim ao nível industrial, comercial e energético, no sentido de um desenvolvimento económico, produtor de riqueza e bem estar para todos.

-----No campo dos Transportes e Comunicações, há a referir como proposta mais evidente, a Ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira, e, uma outra situação de

pavimentação ainda por acabar, e, a Instalação da Estação Automática de Meteorologia EVOR /DNE, no âmbito geográfico do Aeródromo Municipal.

----- Em síntese, é evidente para todos, que este PPI se limita mais a uma gestão do existente e edificado, do que a propostas concretas de um Plano de Investimentos, a curto e médio prazos.

----- Aliás, as despesas de investimento previstas, poucas são aquelas que atingem o limite temporal de 2.010 euros, em comparação com o total previsto do ano de 2006, tem uma redução de mais de 4,5 milhões de euros.

----- Mas, com certeza, é esse o grande objectivo desta Câmara que, com toda a certeza, em parte, não é o nosso.

----- **O Sr. Presidente e Vereadores, que votaram a favor, ditaram para a acta as seguintes declarações de voto:**.....

----- **Arqt.º Nuno Cristóvão**

----- Voto favoravelmente por entender ser um Orçamento e um Plano com continuidade que reflecte todo um desenvolvimento e uma estratégia que colocamos à consideração do eleitorado e que foi aceite com grande votação.

----- Não é uma proposta feita ano a ano como se poderá depreender da intervenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista. Tem toda a lógica, tem toda a coerência, não podendo ser de outra forma; pois é o projecto dos Cidadãos de Bragança que votaram em nós.

----- **Dr.ª Isabel Lopes**.....

----- Voto favoravelmente o Orçamento e o Plano, por ser um Plano Plurianual que dá continuidade ao do ano anterior o qual já mereceu o meu voto favorável.

----- Obviamente, estes documentos não reflectem todos os investimentos que se irão efectuar nos próximos anos porque, concerteza, o Município irá candidatar-se ao IV Quadro Comunitário de Apoio e iremos concretizar mais investimento do que aquele que consta destes documentos.

----- **Dr.ª Fátima Fernandes**.....

----- Voto favoravelmente o Orçamento e o Plano. É um Plano Plurianual coerente e de continuidade que reflecte um projecto iniciado no ano anterior com projecção para os próximos três anos.

----- É um Orçamento e Plano cujo conteúdo responde aos anseios da população reflectindo um programa da acção que vem sendo desenvolvida ao longo destes anos e com o qual me identifico.

----- **Eng.º Rui Caseiro**

----- O Orçamento para o ano de 2007, é um bom orçamento, face aos diversos condicionalismos impostos por um lado, pelo Governo e por outro, pela situação económica e social vivida pelas famílias em geral.

----- O Orçamento traduz uma gestão rigorosa do Município, na senda do que tem sido feito nos últimos anos, demonstrando haver uma preocupação no direccionamento das receitas para o investimento, bem como no controlo da dívida.....

----- Dado o ano de 2007, ser o último do III Quadro Comunitário de Apoio, torna-se necessário efectuar o encerramento físico e financeiro de um conjunto muito vasto de projectos, pelo que o Orçamento tem isso em conta, assim como o Plano de Actividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimento. Contempla-se para 2007, a aquisição de equipamento e adequação de espaços físicos, que, aliados à formação efectuada e em curso, dos recursos humanos, permitirão tornar o serviço prestado aos cidadãos mais eficaz e eficiente, associado a melhores condições de trabalho para os colaboradores da Autarquia.

----- No Plano Plurianual de Investimentos para 2007, além de contemplar a conclusão de todas as acções que têm financiamento comunitário, serão lançadas outras que vão de encontro às necessidades sentidas pelos Munícipes a nível de infraestruturas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos Brigantinos tanto na cidade como na área rural.

----- Trata-se de um documento que traduz uma política de transparência, realista e de rigor e que promove o desenvolvimento económico e social do Concelho, pelo que o meu voto é obviamente favorável.

----- **Sr. Presidente**

----- Apresentamos um Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos coerentes com as opções estratégicas já anteriormente definidas e com bons resultados, opções legitimadas pelos cidadãos de forma suficientemente expressiva. Trata-se pois de

acções e propostas que dão continuidade a um projecto global que tem de ser avaliado na sua dimensão plurianual que pensamos ser positiva e conformem as expectativas dos cidadãos em geral modeladas pelos condicionamentos de uma conjuntura menos favorável.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.....

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 23 de Novembro de 2006. ...

----- a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

**II – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES
MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007.**

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e sete votos a favor, treze votos contra e zero abstenções, estando momentaneamente oitenta membros presentes. -----

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: João Adriano Rodrigues e Luís Carlos Magalhães Pires. -----

----- PONTO 4.2.2 – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA E.M – AQUISIÇÃO DE QUOTA À SIMAB.-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. -----

-----I – CERTIDÃO-----

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: -----

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de Novembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng. Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:-----

----- “MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M. – AQUISIÇÃO DE QUOTA À SIMAB: -----

----- Pelo Sr. Presidente foi dado conhecimento da deliberação do Conselho de Administração do Mercado Municipal de Bragança, E.M., realizado no dia 14 de Novembro de 2006, relativamente à aquisição de participação da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., na Empresa Mercado Municipal de Bragança, E.M., pela Câmara Municipal de Bragança, que de acordo com o Relatório

de Avaliação apresentado pela Revisora Oficial de Contas, conclui que a participação da SIMAB tem o valor de 24.027,82 €, correspondendo a 7.000 acções, ao preço unitário de 3,4325 €.

----- Após análise e discussão e, considerando:

----- 1. Considerando que a parceria realizada com a SIMAB- Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A , teve como objectivo a construção do Mercado Municipal, recorrendo a apoios comunitários, através do Ministério da Economia, Programa Específico Orientado para o Apoio aos Mercados Abastecedores e Mercados de Interesse Relevante, e que à SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A, foi atribuída a missão de promover nesse âmbito a melhoria do abastecimento público e que o objectivo foi concretizado;

-----2. Considerando a vontade expressa da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A, após a conclusão da construção do Mercado Municipal, de progressivamente sair da empresa, tal como aconteceu em outros mercados em que idêntica parceria foi concretizada, por a empresa e a tutela considerarem ter o objectivo sido cumprido;

----- Foi deliberado, com cinco votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Nuno Armando Cristóvão, Drª. Maria de Fátima Fernandes e Drª. Isabel Maria Lopes e duas abstenções, dos Srs. Vereadores Drª. Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves, adquirir a participação da Empresa SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., na Empresa Mercado Municipal de Bragança, E.M., pelo valor de 24.027,82 €, correspondendo a 7.000 acções ao preço unitário de 3,4325 €, conforme estudo de avaliação da Revisora Oficial de Contas.

----- **Os Srs. Vereadores que se abstiveram ditaram para a Acta o seguinte:**

----- Abstemo-nos.

----- Esta abstenção, é relativa à aquisição de quotas à SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S .A.

----- Prevendo-se que fique esta Autarquia com a totalidade do capital do Mercado Municipal de Bragança, E.M., interessa saber agora:

Qual o Plano Estratégico para a rentabilização desta empresa municipal por parte da Autarquia?

----- **O Sr. Presidente solicitou a intervenção do Sr. Vice-Presidente, Engº. Rui Caseiro, nesta matéria**.....

-----O Mercado Municipal é um espaço de superior qualidade construtiva e com elevadas condições de conforto para os operadores. As diferentes valências que comporta o mercado tradicional, Feira dos Produtos da Terra, mercado grossista e galeria comercial, faz do MMB um mercado de referência no contexto Nacional dos Mercados Municipais.

-----De salientar a entrada em funcionamento, em breve, de uma agência bancária, associada à recente ocupação de um bom espaço de restauração, que seguramente criarão maior dinamismo ao Mercado Municipal.

-----A nível financeiro devo referir a crescente tendência para o equilíbrio na exploração corrente, não esquecendo, obviamente, que existe um empréstimo bancário, contraído aquando da construção e por isso, destinado exclusivamente a investimento e não a despesas de gestão corrente.

-----Por outro lado é importante ter presente que o Mercado Municipal assume uma função social, importante, desconhecendo nós a existência de Mercados Municipais que apresentam lucros. Assim o MMB, pelos resultados financeiros que apresenta, é seguramente um exemplo a seguir.”.....

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 21 de Novembro de 2006.

-----a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier. -----

II – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA EM – DOSSIER DE AVALIAÇÃO – OUTUBRO DE 2006

..... Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e nove votos a favor, onze votos contra e zero abstenções, estando momentaneamente oitenta membros presentes. -----

-----Fez declaração de voto o membro Luís Manuel Silvestre.

----- PONTO 4.2.3 - REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – ESTUDO DE ORIGENS E ALTERNATIVAS. -----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

----- I - CERTIDÃO-----

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de Novembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng. Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:.....

----- “REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – ESTUDO DE ORIGENS E ALTERNATIVAS:

----- Na sequência da apresentação na Reunião Ordinária do dia 13 de Novembro, do estudo elaborado pelo Consórcio CENOR/ENGIDRO e apresentado em Setembro de 2006, pela Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), pelo Sr. Presidente foi apresentada a apreciação técnica e proposta que a seguir se transcreve:.....

----- **REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA**.....

----- Estudo de origens e alternativas.....

----- **1 – APRECIÇÃO TÉCNICA**.....

----- 1.1 - O presente estudo apresentado em Setembro de 2006, pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) e elaborado pelo consórcio CENOR/ENGIDRO, propõe-se abandonar a construção de uma albufeira no lugar de Veiguinhas, abdicando da execução da respectiva barragem (tal como constava do projecto da Hidrotécnica Portuguesa com capacidade de armazenamento de $4,2\text{hm}^3$). É assim apresentada uma nova solução técnica, a descrever no ponto seguinte, e relativamente à qual será também efectuada a necessária avaliação.....

----- 1.2 - A solução técnica encontrada e que se propõe garantir, no ano horizonte de projecto, o fornecimento de um volume de água de $4,24\text{hm}^3$ para cobrir as necessidades da população em termos de fornecimento de água potável, com um nível de garantia não inferior a 95% assenta:

----- a) Na capacidade de armazenamento e afluência da barragem de Serra Serrada que garantiria, no ano horizonte de projecto, um volume anual de fornecimento de água de $2,10\text{hm}^3$ (95% garantia) e uma afluência de $6,27\text{hm}^3$ (para um volume útil de armazenamento de $1,84\text{hm}^3$);

----- b) Para fazer face ao diferencial de necessidades de $2,14\text{hm}^3$ (diferença de $4,24\text{hm}^3$ para $2,10\text{hm}^3$) o consórcio propõe a construção de um açude em Veiguinhas, com 8 metros de altura, e que serviria exclusivamente para captação, a fio de água, aproveitando a elevada capacidade de afluência, cerca de $6,82\text{hm}^3$ de volume de água por ano. Destes $6,82\text{hm}^3$ seriam transferidos para a Barragem de Gostei cerca de 65%, isto é, um volume anual de $4,43\text{hm}^3$ de água, que seriam durante o Inverno (período das chuvas; 3 a 4 meses) transvazados do açude de Veiguinhas para a barragem existente em Gostei. Para garantir este volume de transferência de água seria executado:

----- b.1) Um canal (a ligar o açude de Veiguinhas à câmara de carga de Gralhas) com uma capacidade máxima de transporte de $0,65\text{m}^3/\text{s}$ seria duplicada a conduta DN 500 que actualmente alimenta a ETA e que teria uma capacidade de transporte de $0,45\text{m}^3/\text{s}$;

----- b.2) Seria instalada uma conduta reversível DN 600 que transportaria a água necessária para a regularização dos caudais afluentes à barragem de Gostei (cerca de

0,45m³/s) sem passar pela ETA e que serviria alternativamente para elevar (por bombagem) a água armazenada na barragem de Gostei para a ETA (cerca de 0,18m³/s), onde seria tratada antes de ser encaminhada definitivamente para os reservatórios de distribuição;.....

-----b.3) Finalmente, seriam instaladas três novas centrais hidroeléctricas respectivamente a montante da ETA, à chegada à barragem de Gostei e uma última imediatamente a montante do reservatório da Mãe d'Água.....

-----No sentido de garantir, na albufeira de Gostei, um volume útil de armazenamento suficiente para fazer face às exigências de fornecimento de água para abastecimento urbano (2,14hm³) e para rega (0,85hm³) seria necessário o alteamento da mesma em 6 metros de altura passando da cota actual de 758metros para a cota de 764metros, refazendo parcialmente a barragem.....

----- 1.3 - O estudo em análise, para além de abandonar definitivamente uma solução técnica viável para execução do projecto da Barragem de Veiguiñas não cumpre, em termos técnicos, com garantias aceitáveis, o objectivo de um regular fornecimento de água para consumo doméstico à totalidade da população do Concelho de Bragança, a médio prazo. O estudo assenta em dados de base, para o dimensionamento das infraestruturas (em termos de armazenamento e de fornecimento de água) que se consideram sub avaliados, sub estimados e/ou incorrectamente considerados, a enunciar:.....

----- a) - A solução Veiguiñas disponibiliza todo o volume de água para abastecimento, por gravidade, sem recurso a consumo de energia. A solução Gostei necessita que a água seja transferida graviticamente de Montesinho para Gostei (para armazenamento) e novamente transferida para Montesinho (para tratamento) e distribuída para os depósitos da cidade.....

----- b) – O estudo sub avalia a população do Concelho de Bragança no ano horizonte de projecto, considerando que a população actual é de 34 750 habitantes e que crescerá para os 35 103 habitantes, isto é, somente mais 353 habitantes relativamente à população actual do Concelho. Na realidade e face aos dados

disponíveis (censos 1991 e 2001), a taxa de crescimento situa-se em 10% em cada década, tanto para a população residente como para a população flutuante. Assim estima-se que no ano horizonte de projecto a população a servir seja sempre acima dos 52 500 habitantes;.....

-----c) – O estudo considera que a albufeira da barragem de Serra Serrada tem uma capacidade útil de armazenamento é de 1.84hm^3 , quando na realidade a sua capacidade útil de armazenamento de 1.50hm^3 . Neste sentido o volume anual de fornecimento de água previsto (95% de garantia) não será de $2,10\text{hm}^3$ mas sim de aproximadamente $1,80\text{hm}^3$. Neste sentido o volume de água a garantir a partir de outras origens terá obrigatoriamente de ser superior ao previsto no estudo, e como mínimo de $2,44\text{hm}^3$ de água fornecida ($4,24\text{hm}^3 - 1,80\text{hm}^3$);.....

-----d) – O estudo baseia-se em registos de precipitações e escoamentos (e por isso de aflúências) referentes aos anos de 1940 até 1980. No entanto deverá tomar-se como de relevante importância que alterações constantes no clima têm conduzido a anos consideravelmente mais secos e com aumentos médios de temperaturas que obrigatoriamente conduzem a valores de evaporações mais significativos. Assim, todas as mais recentes previsões indicam uma redução nos valores das aflúências, por via das menores precipitações, e um significativo aumento quer de consumos médios quer de perdas por evaporação, fruto de anos com temperaturas cada vez mais elevadas. Neste sentido e sabendo que este Concelho se caracteriza, a este nível, pelo facto de cerca de 79% da pluviosidade ocorrer concentrada em cerca de um quarto dos meses do ano, que coincidem com os meses de mais fraco consumo (cerca de 30% do total), seria de prática coerente valorizar, em termos de opção técnica, a capacidade de armazenamento útil das albufeiras, ao invés do que acontece no presente estudo, que preferencialmente valoriza as aflúências de água;.....

-----e) – O volume útil de armazenamento estabelecido no estudo para a albufeira da barragem de Gostei baseia-se numa lógica de equilíbrio (para o ano horizonte de projecto) entre as aflúências transferidas do açude de Veiguiñas para Gostei ($0,45\text{m}^3/\text{s}$) e o caudal de água elevado desta albufeira para a estação de tratamento de água de França ($0,18\text{m}^3/\text{s}$). Ora, se como analisado anteriormente, os consumos de

água serão superiores aos considerados no estudo e por outro lado as aflúências tenderão a ser inferiores, também relativamente ao valor médio considerado, então o volume útil de armazenamento previsto para a albufeira de Gostei será insuficiente, o que obrigará a um alteamento da barragem para além dos seis metros considerados no estudo. Nesta situação tal barragem ficará seguramente com uma altura bastante superior aos 41 metros (comparativamente aos 35 metros previstos para Veiguihas no projecto da Hidrotécnica) e com um volume de armazenamento útil que representará metade daquele que poderia ser armazenado em Veiguihas;.....

----- f) – Relativamente ao balanço energético, o estudo considera que a albufeira de Serra Serrada (existente) mais a barragem de Veiguihas (caso construída) produziriam, no conjunto e no ano horizonte de projecto, 5,3 GWh de potência. Na realidade, actualmente, em média, produzem-se já cerca de 7 GWh, só com as duas centrais existentes e exclusivamente a partir de Serra Serrada. Assim, no caso das duas albufeiras executada seria previsível produzir cerca de 12 GWh (estudo PRÓ-SISTEMAS) ou 16 GWh (estudo HIDROTÉRMICA PORTUGUESA). Isto significa, na prática, uma produção de energia dez vezes superior ao apresentado no presente estudo;.....

----- g) – O estudo considera que para elevar um caudal de ponta de $0,18 \text{ m}^3/\text{s}$ de Gostei até ao Alto da Junqueira (ETA) seria necessária uma potência de aproximadamente 400KW a que equivaleria um encargo anual de energia de € 47.000,00. Na realidade, considerando a referida potência de elevação e um custo de € 0,10/KWh, seriam gastos cerca de € 28.000/mês e cerca de € 120.000/ano (considerando um tempo de bombagem de 1/3 do ano). Assim, considera-se existir aqui uma sub avaliação dos encargos de exploração, o que na prática equivaleria a dizer (efectuadas as respectivas rectificações dos referidos encargos) um aumento, por esta via, do custo final do metro cúbico (m^3) de água tratada;.....

----- h) – O estudo prevê a execução de uma nova central hidroeléctrica a localizar a montante da ETA, na derivação da nova conduta que liga a Gostei. Esta central será dimensionada para um caudal de $0,45 \text{ m}^3/\text{s}$. No entanto tal central só poderia trabalhar, a plena capacidade, num curto período do ano (situação de aflúências máximas)

sendo que no período de elevação de água e no período em que as aflúências a Veiguiñas fossem reduzidas, o seu rendimento seria reduzido ou nulo;

-----i) – No estudo não foi considerada, para a hipótese conjunta Serra Serrada e Veiguiñas, a possível execução de duas centrais hidroeléctricas a localizar respectivamente a montante da ETA e na chegada aos reservatórios da Mãe D'Água. Estas mesmas centrais foram, no entanto, consideradas para a solução técnica proposta no estudo, o que obviamente influencia os balanços energéticos apresentados.....

----- **2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

-----2.1 - O contrato de fornecimento estabelecido com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal tendo especificamente nos seus objectivos a construção da barragem de Veiguiñas, incluindo o sistema do Alto Sabor (6ª fase de construção);.....

-----2.2 - As soluções que têm vindo a ser estudadas como alternativas a Veiguiñas, têm sido sucessivamente abandonadas, pelo facto de Veiguiñas se impor, tanto no plano ambiental como económico;

-----2.3 - Na solução Veiguiñas mais Serra Serrada, toda a energia produzida constitui um ganho, podendo, ainda, vir a ser incorporadas mais duas mini-hídricas (uma na ETA e outra no depósito da Mãe de Água), enquanto na solução Gostei é necessário gastar energia na transferência por bombagem, de Gostei para a ETA, gastando mais energia do que a produzida na Central a colocar em Gostei, ou seja, a solução Gostei, comparativamente a Veiguiñas é no plano energético e por isso neste âmbito de impacte ambiental, mais negativa;.....

-----2.4 – A barragem de Gostei não possui um volume anual afluyente capaz (só 1,24hm³ dos 5,67hm³ necessários), o que obriga a uma solução de engenharia cara e irracional, com os consequentes custos para o ambiente e encarecimento do custo da água. Veiguiñas é inquestionavelmente uma solução estável, credível, fiável e amiga do ambiente, em termos presentes e futuros;

-----2.5 - O custo do metro cúbico da água tratada é bastante mais caro na solução Gostei do que na solução Veiguiñas, tanto na componente investimento como na exploração, sendo que os custos têm de ser reflectidos aos consumidores;

-----2.6 - A construção da Barragem de Serra Serrada teve efeitos positivos muito significativos, tanto em termos ambientais como na qualidade de vida dos cidadãos. Suprimir a barragem de Serra Serrada seria hoje inaceitável para qualquer pessoa, face aos impactos positivos que criou, o mesmo raciocínio tem que ser desenvolvido para Veiguiñas, em nome do interesse público;.....

-----2.7 - Os estudos elaborados pelos especialistas de climatologia, às séries de dados relativos à precipitação nas últimas décadas, apontam no sentido de se acentuar na Península Ibérica, a redução de precipitação. Como consequência as situações de seca serão mais frequentes, mais prolongadas, o que obrigará à construção de reservas estratégicas fiáveis, capazes de fazer frente a situações de seca inter-anuais. O armazenamento com capacidade inter-anual é considerado pelos especialistas como necessário para assegurar fiabilidade aos sistemas, face às tendências futuras de agravamento de seca;.....

-----2.8 - Os anos hidrológicos de 2003/2004 e 2004/2005 caracterizaram-se no Distrito e Concelho de Bragança por uma situação de seca muito acentuada, situação que segundo responsáveis do INAG, corresponde um período de retorno de 200 anos, mas que pode repetir-se, de forma ainda mais acentuada e com maior frequência;.....

-----2.9 - Não se compreende a oposição cega ao empreendimento que a todos beneficia, quando na mesma zona, os Espanhóis colocaram centenas de torres eólicas para aproveitar energia limpa, contribuindo para garantir sustentabilidade ambiental;.....

-----2.10 – A solução Gostei foi construída exclusivamente para regadio, beneficiando uma área de elevado potencial agrícola, não tendo sido devidamente utilizada, por erros de construção, falta de rede de rega e gestão errada. Impõe-se que a rede de rega seja reestruturada garantindo a utilização de água em sistema de rega por pressão (menos exigente, no uso da água, que a rega por alagamento), seguindo uma política de aumentar e não de subtrair constituindo-se, esta barragem, como uma

mais valia para o sector agrícola e para a regularização mínima da bacia do rio Fervença durante o Verão, em particular nos anos de maior seca;.....

-----2.11 - A solução anteriormente analisada (última apresentada pela ATMAD) carece de racionalidade, quer no plano técnico quer ainda do ponto de vista da consideração da apreciação geral. Também não se compreendem, de facto, as razões de impedimento ambiental impostas como condicionantes à construção da barragem de Veiguinhas, por não serem objectivas e suficientemente explícitas, nem sequer, se perceberem os fundamentos que contrariam o interesse público, desta solução bem concebida na década de oitenta;

-----2.12 - O facto da barragem de Gostei, poder vir a servir como depósito de armazenamento por transferência de água, de Veiguinhas (no período de Inverno), para ser feita nova transferência por bombagem para a Montesinho/ETA (no período de Verão), significa que a capacidade actual de regularização do rio Fervença será perdida com impacte negativo muito grande, em particular na travessia da cidade (zona de intervenção Polis), já nas actuais condições, (para garantir o mínimo de qualidade e caudal da água no Verão), foi instalado um sistema de recirculação por bombagem.....

-----O abastecimento público à cidade obrigaria à bombagem da totalidade da água armazenada, eliminando a possibilidade da barragem servir de regularização ao rio. O impacte negativo seria muito significativo.

----- **3 – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

-----Considerando a apreciação técnica e as considerações gerais anteriormente descritas, e tendo presente que a Assembleia Municipal aprovou a adesão ao Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo como pressuposto a construção da barragem de Veiguinhas e tendo em conta que a solução agora apresentada pela ATMAD contraria a orientação que a Assembleia Municipal aprovou, propõem-se que o processo seja remetido para análise e decisão da Assembleia Municipal tendo como base as seguintes opções:

----- **Opção A**

----- 1 – Considerar que a proposta da ATMAD, não é fiável tendo em conta as tendências de agravamento da seca face à solução Veiguiñas, no plano económico, ambiental e energético. A solução, em termos globais, aponta mais no sentido da inviabilidade do que na viabilidade.....

-----2 – Considerar a actual proposta da ATMAD, contrária ao contrato de fornecimento, celebrado entre a AMTAD e a Câmara Municipal de Bragança e aprovado pela Assembleia Municipal.....

-----3 – Considerar que a solução Veiguiñas deverá ser retomada, a partir de Março de 2007, com uma análise suficientemente detalhada, pois até à presente data, as razões de impacte ambiental não foram apresentadas de forma objectiva, nem se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público, sendo que garantir o abastecimento de água a uma cidade e Concelho, mesmo no plano europeu, não deixa de representar um interesse público evidente, não se percebendo que outros interesses se poderão sobrepor. O interesse público tem assim e com clareza, ser destacado.....

----- **Opção B**

----- 1 – Considerar a proposta apresentada pela ATMAD, abandonando a construção da barragem de Veiguiñas.....

----- **Intervenção dos Srs. Vereadores, Dr.^a Idalina Alves e Francisco Gonçalves**

----- Somos a favor da construção da Barragem de Veiguiñas.

----- Todos desejamos a sua construção.

----- Mas perguntamos: Quem a financia?

----- Qual a legalidade da sua construção, mesmo tendo meios financeiros, pelo facto da existência de 2 Declarações de Impacte Ambiental (DIA) desfavoráveis?

----- É possível, nesta conjuntura política, termos a barragem?

----- A Câmara Municipal de Bragança, tem possibilidade de sugerir uma solução viável diferente, para melhor, da apresentada pela Cenor e Engidro?

----- Se nos disser que sim, estaremos disponíveis para viabilizar e apoiar a melhor solução encontrada.

----- Mas, desconhecemos, tal resposta.

----- Não pretendemos nem desejamos, abandonar a construção da Barragem de Veiguiñas.

Porém, como diz o nosso Povo " vale mais um pássaro na mão do que dois a voar", consideramos a Proposta constante no Estudo sobre o "Reforço do Abastecimento de Água a Bragança - Origens Alternativas - Dossier de Síntese " - elaborado pela CENOR e Engidro para "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", não a desejável, mas a possível.

----- E, como tal, justificável, já que apresenta uma solução global para a resolução do problema do abastecimento de água a todo o Concelho, principalmente para a zona alta do mesmo, englobando a construção do açude / paredão de 8 metros (pois não obriga ao actual estudo de impacto ambiental), aos canais de transvazes, à subida da barragem de Gostei, e, à construção de 3 novas centrais hidroeléctricas permitindo o auto-abastecimento energético de todo o sistema, para além da rentabilização de algumas infra-estruturas construídas aquando do início (década de 80) do empreendimento do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor (AHAS).

----- Por isso, votamos a favor deste estudo, caso não seja viabilizada uma melhor Proposta.

----- Todavia, a esperança, é a última a morrer, e aguardamos que, no futuro, este nosso sonho, se concretize.

----- Porque este sonho, não é utópico, mas viável, concreto, desde que "outros", que não nós, habitantes desta terra, o queiram, ou nos concedam esse poder de decisão sobre o que é nosso!

----- Nós, para cá do Marão, não mandamos afinal, nada!

----- Onde estão os heróis de outrora?

----- Depois de amplamente debatida, posta à votação, foi deliberado, com cinco votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Caseiro, Arqt.º Nuno Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima e Dr.ª Isabel Lopes, e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Francisco Gonçalves, aprovar a opção A da proposta de resolução.

----- **Intervenção da Sr.^a Vereadora, Dr.^a Isabel Lopes**

----- A Sr.^a Vereadora, apresentou a seguinte declaração de voto:.....

----- Voto favoravelmente a opção A, e quero manifestar o meu desagrado por posições contrárias em projectos que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Concelho. Há determinados projectos de interesse público, em que os partidos têm de estar unidos e só assim estaremos a defender os interesses dos nossos munícipes.

----- **Intervenção do Sr. Presidente**

----- A construção da barragem de Veiguinhas tem vindo a ser condicionada, por alguns técnicos ligados ao ICN, sem fundamentos objectivos, tentando impor uma situação de sub-desenvolvimento a Bragança, numa área essencial, a da qualidade e garantia de vida (o abastecimento de água ao Concelho de Bragança). Aos Bragançanos, por razões de interesse público local e Nacional, tem de ser garantida a solução fiável e economicamente aceitável, permitindo-lhes perspectivas de desenvolvimento económico e social.....

----- A solução da construção da Barragem de Veiguinhas impõe-se a todas as alternativas estudadas tanto em termos ambientais como económicos, por isso me parece que os Bragançanos devem livremente decidir a favor da construção da Barragem de Veiguinhas, conforme atitude inteligente e estratégica dos que há mais de duas décadas (C.M. e A.M), decidiram pela construção do sistema do Alto Sabor. ...

----- Compete-nos igualmente obter decisão favorável a Veiguinhas em detrimento de soluções aparentemente viáveis, mas prejudiciais ao futuro de Bragança. Trata-se de facto de uma decisão de política de desenvolvimento que deve ser assumida em nome do interesse público e do futuro de Bragança.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 21 de Novembro de 2006. -

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

**II – REFORÇO DE ABASTECIMENTO E ÁGUA A BRAGANÇA – ESTUDO
DE ORIGENS E ALTERNATIVAS – DOSSIER DE SÍNTESE**

..... Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinquenta e seis votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes. -----

-----Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Luís Manuel Silvestre, Lídio Correia e Luís Carlos Magalhães Pires.

----- José Baltasar – Apresentou, por escrito, a seguinte

“ MOÇÃO

.....Considerando que a construção da barragem de Veiguinhas é uma solução estável, credível, economicamente fiável, amiga do ambiente e garante de um regular abastecimento de água às populações da região de Bragança, e como a riqueza produzida pelas gentes desta região é oriunda da agricultura, propõe-se:

.....1. Que a solução Veiguinhas seja retomada, visto que, as razões de impacte ambiental não foram apresentadas de forma objectiva, nem se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público;

.....2. Que seja feita a instalação de uma descarga de caudal ecológico na barragem de Gostei;

.....a. Que seja feita a reparação e adaptação da descarga de fundo;.....

.....b. Que seja feita a construção de um acesso à torre de tomada de água;.....

.....c. Que se elabore um plano cultural e projecte a rega por aspersão;.....

.....d. A conclusão da rede de rega;.....

.....3. Propõe-se ainda, que seja submetida a concurso público a barragem de Parada, visto que, o projecto de execução já foi aprovado em Junho de 2000 e a declaração de impacte ambiental é favorável, favorecendo assim a criação de condições para potenciais investidores agricultores amantes da região.

.....Se a Moção for aprovada, propõe-se que seja enviada ao Senhor Ministro da Agricultura, Senhor Ministro do Ambiente e ao Senhor Director Regional de Agricultura.

.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006

.....O membro da Assembleia Municipal

.....José Luís Baltasar”

----- Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com quarenta e nove votos a favor, doze

votos contra e quatro abstenções, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes. -----

----- **Fizeram declaração de voto** os seguintes membros: Luís Carlos Magalhães Pires, Luís de Sousa Costa e Nuno Filipe Machado Reis. -----

----- **Luís Pires – Apresentou, por escrito a seguinte** -----

“Moção

----- Face à postura que a ATMAD apresentou nesta Assembleia Municipal, que vai no sentido de privilegiar a execução de Veiguinhas, face a uma nova janela de oportunidade surgida em função do Plano de Ordenamento do PNM, o PS propõe que se retire este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- O executivo deverá trazer a esta Assembleia uma proposta que incorpore esta realidade. -----

----- 15/12/2006 -----

----- Luís Pires”-----

-----**Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido reprovada, com cinquenta e dois votos contra, dez votos a favor e três abstenções, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes.**

-----**Fizeram declaração de voto** os seguintes membros: Luís Carlos Magalhães Pires, Nuno Reis e Bruno Veloso.

----- OS PONTOS 4.2.4; 4.2.5; 4.3.1 e 4.3.2 NÃO FORAM APRECIADOS POR FALTA DE TEMPO.-----

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Etelvina Rosa Pires
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Luís Baltazar
José Miguel Gonçalves Miranda
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Ferro Azevedo
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Gonçalves C. Sampaio da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Maria Olinda Pereira Silva
Martina Isabel Veiga Dias
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Francisco Manuel Esteves Marcos
Henrique da Costa Ferreira
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Pedro Miguel Fernandes Teixeira
Victor Fernando Simões Alves
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÁS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Orlando Gilberto Figueiredo Pires (Substituto Presidente)
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
NOGUEIRA	José António Prada
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco Manuel Ferreira
SANTA MARIA - BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto Presidente)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	Juvêncio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Domingos Moura dos Santos
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento
Lídia Gomes Valinho (**Justificada**)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

BAÇAL	João Francisco Alves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
MÒS	Anselmo Aníbal Martins
OUTEIRO	João Augusto Paiva (Justificada)
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca (Justificada)

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Armando Nuno Gomes Cristóvão
Francisco Manuel Gonçalves
Maria Idalina Alves de Brito
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Rui Afonso Cepeda Caseiro

-----Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

Assembleia Municipal de Bragança, 27 de Dezembro de 2006.